

2018

Boletim Conjuntural

Terceiro Trimestre

ANO III



Economia Verde – Artur Bruno
Por uma Fortaleza sustentável – Águeda Muniz
Economia Circular: Um conceito sustentável para a
conservação dos recursos naturais – Albert Gradvhol
A economia da sustentabilidade – João Saraiva



Boletim Conjuntural
Conselho Regional de Economia
CORECON CE
Terceiro Trimestre de 2018
ANO III

Organizadores

Lauro Chaves Neto
Ricardo Eleutério Rocha

Articelistas

Artur Bruno
Águeda Muniz
Albert Gradvohl
João Saraiva

SUMÁRIO


Apresentação.....	3
Economia Verde.....	4
Por uma Fortaleza sustentável.....	6
Economia Circular: Um conceito sustentável para a conservação dos recursos naturais.....	8
Economia da sustentabilidade.....	10

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Economia – Corecon-Ce apresenta a terceira edição do Boletim Conjuntural de 2018. De periodicidade trimestral, o Boletim teve início no ano de 2016 e publica artigos que tratam de temas conjunturais e estruturais da economia nacional e internacional, do Nordeste e do Ceará.

A presente edição é temática e são apresentados quatro artigos que versam sobre a economia do meio ambiente. Artur Bruno, Secretário do Meio Ambiente do Ceará, assina o artigo *Economia Verde*. Águeda Muniz, Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, é autora do artigo *Por uma Fortaleza Sustentável*. O economista e professor Albert Gradvohl apresenta o artigo *Economia Circular: um conceito sustentável para a conservação dos recursos naturais*. O economista e ambientalista João Saraiva assina o artigo intitulado *A Economia da Sustentabilidade*.

Vale salientar que o Boletim Conjuntural é um espaço plural que acolhe artigos de articulistas de diferentes correntes de pensamento econômico e político. Como de praxe, a posição dos articulistas não se confunde com a posição institucional do Conselho. Boa leitura.

A portrait of Artur Bruno, a man with a mustache, wearing a dark suit, a light blue shirt, and a red tie. He is looking slightly to the right of the camera.

**ARTUR BRUNO –
SECRETÁRIO DO MEIO
AMBIENTE DO CEARÁ.**

ECONOMIA VERDE

Há uma tendência que cresce exponencialmente no mercado atual: a chamada economia verde. O termo foi usado pela primeira vez em 2008, quando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), lançou a Iniciativa Economia Verde. A partir daí, a expressão "Economia Verde" foi aceita pela comunidade internacional e popularizada.

Ainda explorado de forma incipiente em termos comerciais, o conceito foi definido pelo Pnuma como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica”. As variáveis a serem exploradas a partir daí são inúmeras, tais como baixo carbono, eficiência no uso de recursos naturais e inclusão social. Isso tem relação com consumo consciente, reciclagem, reutilização de bens, uso de energia limpa e valoração da biodiversidade.


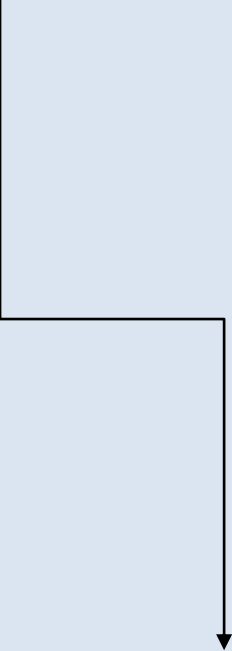
Cada um destes itens oferece amplas possibilidades de negócios para a iniciativa privada. Por seu turno, o Estado deve utilizar instrumentos que induzam ao comportamento social buscado. Boa parte da sociedade já pelo menos ouviu falar que é necessário mudar padrões de consumo e produção atuais. Para isso, setores empresariais, governo, sociedade civil e ONGs precisam se unir rumo à uma economia ambientalmente responsável e socialmente inclusiva. Os economistas precisam pensar em como inserir este viés em seus processos. Afinal, o modelo econômico tradicional não contribui para o chamado desenvolvimento sustentável.

Mas como isso se dá na prática? O Ceará vem avançando em várias políticas. O governo Camilo Santana instituiu, por exemplo, o Produto Selo Verde. Operações com produto composto por materiais reciclados que receberem a certificação do Selo Verde têm redução de 58,82% da base de cálculo do ICMS. Isso estimula a reciclagem de plásticos, papel, papelão, resíduos sólidos da construção civil e outros materiais,

disseminando a ideia de que não existe lixo, mas o resíduo sólido reciclável e o rejeito, que formam uma cadeia produtiva.

Ao separar seus resíduos, o cidadão gera emprego e renda, pois ajuda catadores – também beneficiados pelo governo com licenças ambientais mais simples e gratuitas –, os empresários do setor e, conseqüentemente, o próprio bolso, já que terá acesso a produtos ecologicamente corretos e mais baratos. A Secretaria do Meio Ambiente do Ceará está, inclusive, estimulando os municípios a desenharem consórcios para acabarem com lixões e criarem estruturas de Coletas Seletivas Múltiplas. O empresariado precisa enxergar o “lixo” como uma poderosa forma de geração de emprego e renda.

Enfim, o mercado de material reciclado é somente uma das possibilidades reais de reversão do quadro de degradação – gerado pela intensa produção de resíduos no meio urbano – em forma de benefícios para o cidadão. Fecha-se um ciclo virtuoso onde convivem a melhoria da qualidade de vida, diminuição das desigualdades, conservação da biodiversidade e preservação do meio ambiente. Assim, a economia verde, aos poucos, tornar-se-á realidade.



**ÁGUEDA MUNIZ –
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
URBANISMO E MEIO AMBIENTE
DE FORTALEZA**

POR UMA FORTALEZA SUSTENTÁVEL

Pensar em políticas públicas que visam tornar Fortaleza um lugar sustentável e ambientalmente melhor para se viver é um desafio diário, que requer esforço e um amplo debate com os mais diversos segmentos da sociedade civil organizada. Assim, ao estabelecer uma gestão estratégica do território considerando seus ambientes construído e natural de modo integrado, é nortear o planejamento e a implantação de projetos de cunho urbanístico e ambiental, desta forma, valorizando as potencialidades do município, além de promover a recuperação e a preservação da qualidade ambiental de Fortaleza.

Pensar desta forma é quebrar paradigmas. A união das políticas de meio ambiente e urbanismo, significa uma quebra de padrões para a cidade e, principalmente, para a sociedade, que costuma dissociar as questões ambientais das questões urbanas.

Por isso trabalhamos para despertar o engajamento da população nas ações de sensibilização e conscientização para o cuidado com a cidade e todos os seus aspectos. Ter a população como parceira do poder público é garantir que todos se sintam responsáveis pelo nosso bem-estar, despertando o protagonismo de cada um nas melhorias e modificações urbanas e ambientais. São atitudes simples que garantem um convívio social saudável e equilibrado nas cidades, transformarmos a nossa realidade, unindo todos os personagens e despertando um novo olhar.

Desta forma, a Política Municipal do Meio Ambiente, voltada para a integração do planejamento incorporado entre ambiente natural e ambiente construído, observa os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para dar sentido as ações voltadas ao meio ambiente, a Política Ambiental de Fortaleza tem como foco o desenvolvimento sustentável baseado em seus três pilares: ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, todos desenvolvidos para garantir uma cidade sustentável, voltada para soluções de aspectos que compõem a cidade.

São atitudes inovadoras e sustentáveis que podem transformar cidades. Uma cidade sustentável reduz suas desigualdades e, conseqüentemente, contribui para o combate à pobreza e às condições inadequadas de vida. Uma cidade sustentável e ambientalmente justa é reflexo da consciência e preocupação ambiental de seus gestores e da educação e empoderamento dos atores sociais. Tudo depende de um esforço mútuo em conjunto com a sociedade.



ALBERT GRADVOHL –
ECONOMISTA

ECONOMIA CIRCULAR: UM CONCEITO SUSTENTÁVEL PARA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O momento atual é desafiador para qualquer ECONOMIA. Seguir as regras de uma economia tradicional de costumes especulativos, sem uma base sustentável, que possibilite compreender o princípio holístico das coisas, já não mais garante qualidade de vida. A Economia sempre foi sistêmica, e vulnerável ao equilíbrio dos recursos naturais. Para que haja sustentabilidade é preciso pelo menos conservar o ecossistema. Certamente, sem um conhecimento profundo sobre o universo, sua origem e complexidade, fica difícil criarmos um modelo econômico capaz de alcançar a sustentabilidade. Alguns indicadores ligados as questões climáticas, assim como, a escassez de recursos naturais na forma de matérias primas, já traduzem pragmaticamente, a necessidade de um novo conceito de desenvolvimento. Alicerçando no termo “destruição criativa”, de Shumpeter (1942), “destruir como forma de criar, de elaborar novos conceitos e criar novos entendimentos para um modelo que à primeira vista, parece imutável”, parece também se estender as tecnologias limpas.

Mas, como explicar em pleno século XXI, que está na hora dos setores público e privado reconhecerem suas falhas, sob pena de serem engolidos pelas transformações do ecossistema, muitas vezes provocados por políticas públicas inadequadas e atividades econômicas não condizentes? Não há como cada nação deixar de adotar a Política Macroeconômica Circular. Para isso, se faz necessário:

Entender, que a economia circular é um conceito de modelo macroeconômico de visão holística, contrariando o tradicional modelo econômico escondido em zonas de conforto subsidiando riscos sazonais.

Entender, que a economia circular é sistêmica, inovadora, e procura descobrir oportunidades, a partir do equilíbrio ambiental, contrariando a tese do impacto em razão da acomodação do controle de indicadores monetários.

Entender, que a economia circular admite todo recurso natural ser finito, e por isso, os custos ambientais devem ser inseridos em toda atividade econômica de acordo com o Princípio das Partidas Dobradas possibilitando recuperar o passivo ambiental e o equilíbrio em relação ao ativo ambiental.

O Brasil, nunca esteve tão desequilibrado ambientalmente. É considerado o 7º maior poluidor do planeta em GEE. Segundo, Relatório do Observatório do Clima (2017), em 2015 e 2016, a elevação acumulada das emissões foi de 12,3%, contra um acumulado de 7,4 pontos no PIB, que recuou 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016, portanto, aumentou o passivo ambiental sem gerar riqueza. Entre as causas avaliadas, surge o crescimento do desmatamento em 27%, somado a agropecuária na região amazônica, cujos impactos são mais ameaçadores que as maiores guerras. Segundo a OIT, o cenário do mercado de trabalho deve sofrer uma mutação ambientalmente favorável, principalmente, em razão do acordo de Paris, que prevê nivelar o aumento da temperatura global em até 2°C acima de níveis pré-industriais. Traduzindo, a abertura de novas vagas de trabalho vai depender de um modelo econômico circular, onde o lixo passou a ser considerado Reserva Técnica, as matrizes energéticas terão que ser mescladas e renováveis, as construções terão que ser verdes, e as águas originárias dos esgotos terão que ser reusadas. Esse é o novo desafio do economista, e está vindo a galope.



**JOÃO SARAIVA – ECONOMISTA,
ESPECIALISTA EM GESTÃO
AMBIENTAL, SERVIDOR PÚBLICO
DA PREFEITURA DE FORTALEZA.**

A ECONOMIA DA SUSTENTABILIDADE

O Brilhante economista José Eli da Veiga cunhou uma frase que considero genial: “Será necessária uma macroeconomia para a sustentabilidade que, além de reconhecer os sérios limites naturais à expansão das atividades econômicas, rompa com a lógica social do consumismo”.

Para complicar, ainda mais, a construção de uma nova cultura econômica sustentável, tanto as economias planejadas, como as liberais, se nutrem de valores muito semelhantes, acreditam em progresso sem limite. O PIB é apenas um número que avalia riquezas sem, no entanto, medir os impactos socioambientais para produzi-lo. Muitos ainda negligenciam a finitude dos recursos da natureza, ignoram o aquecimento global, as consequências dos desmatamentos, erosão, o acúmulo dos resíduos sólidos, a contaminação dos solos pelo uso abusivo dos agrotóxicos, dentre outros. Portanto, promovem ações e atitudes que nos levam a um modelo de produção e consumo insustentável.

Os primeiros sinais de preocupação dos organismos internacionais, para com esses problemas se deram, exatamente, há 46 anos, quando da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, em 1972, realizado pela Organização das Unidas (ONU), que constatava que as atividades humanas estavam pondo em perigo a sua própria sobrevivência.

Só em 1983, com a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, estabelece-se as novas bases para o desenvolvimento das sociedades, relacionadas ao desenvolvimento social e econômico. Por outro lado, seria um desastre para o Planeta, se tanto os países pobres, como as nações em desenvolvimento adotassem os mesmos padrões de consumo e de produção dos países ricos. Segundo a Organização Não Governamental WWF Brasil, os países desenvolvidos consomem 75% dos metais, 70% da energia e 85% da produção de madeira, inviabilizando qualquer ponto de equilíbrio entre os seres vivos.

Diante do quadro de insustentabilidade, surge a filosofia do Desenvolvimento Sustentável, “que é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”, onde o econômico, social e ambiental se harmonizem, e que fundamentou

a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, no Rio de Janeiro, como a presença de 172 Chefes de Estados, além da participação da sociedade civil, que produziram referência a cerca de temas como a Carta da Terra, Agenda 21, biodiversidade, mudanças climáticas, preservação das florestas, pobreza, saneamento básico, energias renováveis...